

Lucas Buril de Macêdo

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Prefácio: Cândido Rangel Dinamarco

2023

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1248419

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

M1411 Macêdo, Lucas Buril de
Litigância de Má-Fé / Lucas Buril de Macêdo – São Paulo: Editora
JusPodivm, 2023.

384 p.
(Coleção Dissertações, Teses e Ensaios de Processo Civil)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4306-0

1. Direito Processo Civil. 2. Sistematização. 3. Má-Fé. I. Macêdo, Lucas
Buril de. II. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
1. BOA-FÉ NO PROCESSO CIVIL	27
1. Boa-fé subjetiva e objetiva	27
2. Boa-fé como cláusula geral ou conceito jurídico indeterminado.....	34
3. Boa-fé como princípio	49
4. Concreções solidificadas do princípio da boa-fé.....	59
5. Boa-fé no processo civil – sobre a absorção da boa-fé do direito privado.....	67
6. Boa-fé no processo civil – <i>standard</i> de comportamento..	78
7. Boa-fé no processo civil – função interpretativa e presunção de boa-fé	83
8. Relação entre princípio da boa-fé processual e cooperação processual.....	88
2. DESLEALDADE PROCESSUAL POR VÁRIAS PERSPECTIVAS	102
1. Constituição, boa-fé processual e seu controle	102
2. De onde viemos: breves noções históricas sobre os ilícitos processuais.....	104
3. Aonde chegamos (1): institutos processuais de repressão à má-fé na legislação processual	111

4.	Aonde chegamos (2): o silêncio doutrinário sobre o controle da probidade processual.....	117
5.	Ainda: garantia de litigar deslealmente?	119
6.	Aonde chegamos (3): permissividade com a deslealdade processual nos tribunais.....	125
7.	Não culpe a lei: o que nos diz o estado de coisas?.....	138
3.	SISTEMATIZAÇÃO DOS ILÍCITOS PROCESSUAIS	144
1.	Relevância do <i>distinguo</i>	144
2.	Fatos jurídicos processuais ilícitos	146
3.	Classificação dos atos processuais ilícitos.....	158
4.	Sistematização aplicada às espécies de ilícitos processuais: litigância de má-fé, abuso de direito processual e ato atentatório à dignidade da justiça.....	173
5.	Responsabilidade por dano processual e ilícitos processuais	192
4.	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	198
1.	Litigância de má-fé no CPC/2015.....	198
2.	Função: repressão à litigância irresponsável como norte para a compreensão das hipóteses do art. 80 do CPC – revisão do elemento subjetivo	203
3.	Estrutura: as hipóteses de aplicação da litigância de má-fé.....	214
3.1.	Os tipos legais de condutas processuais ilícitas....	214
3.2.	Pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (CPC, art. 80, I)	218
3.3.	Litigar contra precedente obrigatório equipara-se a litigar contra texto expresso de lei? – o chamado “dever de candura perante a Corte”	228
3.4.	Alteração da verdade (CPC, art. 80, II).....	237
3.5.	Desvio ilegal da função do processo (CPC, art. 80, III).....	254

3.6.	Resistência injustificada ao andamento processual (CPC, art. 80, IV).....	258
3.7.	Atuação processual temerária (CPC, art. 80, V) .	263
3.8.	Incidente manifestamente infundado (CPC, art. 80, VI).....	271
3.9.	Recurso protelatório (CPC, art. 80, VII).....	273
3.10.	Processo simulado ou fraudulento (CPC, art. 142)	281
3.11.	Descumprimento injustificado de ordem judicial (CPC, art. 536, § 3º)	285
3.12.	Assédio processual (ou <i>sham litigation</i>) – Análise do Recurso Especial 1.817.845-MS.....	288
4.	A densificação de novas hipóteses de litigância de má-fé mediante a aplicação da boa-fé objetiva	293
5.	Visão dinâmica da litigância de má-fé e dos ilícitos processuais.....	302
6.	Sujeito passivo da condenação em litigância de má-fé....	304
7.	Multa processual (I): características gerais e margem legal.....	319
8.	Multa processual (II): relação com outros mecanismos ..	326
9.	Condenação em perdas e danos	334
9.1.	Considerações gerais.....	334
9.2.	Mecanismos para apurar e certificar a indenização.....	337
9.3.	Litigância de má-fé e indenização por dano moral	348
10.	Condenação em despesas e honorários.....	350
11.	Decisão que reconhece litigância de má-fé.....	354
12.	Vias impugnativas	359
13.	Cumprimento da multa.....	363
	CONCLUSÕES.....	370
	REFERÊNCIAS.....	373